



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE
TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!
📅 02 A 05 DE JULHO DE 2024 📍 FAEC/UECE - CRATEÚS

PENSANDO UMA AGENDA FEMINISTA LATINO-AMERICANA: SERIA A AMÉRICA LATINA DEFINIDA PELA VIOLÊNCIA? (1979 - 2000)

Anabelle Rodrigues Melo (Universidade Estadual Vale do Acaraú)

anabellerodriguesmelo@gmail.com

Dra. Gleidiane de Sousa Ferreira (Universidade Estadual Vale do Acaraú)

gleidiane_sousa@uvanet.br

Resumo: Este texto se refere a um conjunto de reflexões produzidas a partir de uma pesquisa de Iniciação Científica inserida no projeto *Histórias dos encontros feministas no Cone Sul: política, memória e imaginário latino-americano (1979 – 2017)*, do GEHGAL/UVA, que por sua vez, integra o projeto *Mandonas: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)*, do LEGH/UFSC. A partir de uma análise da revista feminista latino-americana *Mujer/Fempres* (1979-2000), buscamos entender, holisticamente, como as feministas problematizaram os espectros da violência (estrutural e cotidiana) contra as mulheres na América Latina. *Mujer/Fempres* contou com diversas escritoras do continente, difundindo leituras, pautas e demandas, e contribuindo para a circulação de imaginários sociais a respeito da luta feminista e da região. Compreendemos, portanto, a importância da revista para o estudo das agendas feministas latino-americanas e para uma percepção feminista sobre o contexto latino-americano, visto que atuou como uma conectora e divulgadora das ações feministas no continente. Dessa forma, pretendemos historicizar demandas e reivindicações, perceber como as feministas da região conceberam e complexificaram o conceito de violência, e, principalmente, se os processos e contribuições políticas e ideológicas desse movimento destacaram a violência como elemento definidor da realidade e da própria ideia de América Latina.

Palavras-Chave: Movimento Feminista; América Latina; Violência contra as mulheres; Fempres.

O presente artigo é resultado de um conjunto de reflexões em produção a partir de uma pesquisa de Iniciação Científica, cujo nome intitula este artigo, e que está inserida no projeto *História dos encontros feministas no Cone Sul: política, memória e imaginário latino-americano (1979 – 2017)* do GEHGAL/UVA, que por sua vez, integra o projeto *Mandonas: memórias,*

políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020), do LEGH/UFSC. Faz-se necessário salientar tal contextualização, pois ela mostra a conjuntura a qual a pesquisa que originou esse artigo está situada, cabendo destacar que os resultados e conclusões aqui apresentados são inaugurais.

O texto propõe discutir alguns elementos centrais de como o conceito de violência foi trabalhado na revista feminista latino-americana *Mujer/Fempres*, entre o período de 1979 e 2000, compreendendo de que forma como as reflexões sobre as violências produzem também um imaginário sobre a própria região.

Ao analisar a revista feminista latino-americana *Mujer/Fempres* (1979-2000), pôde-se perceber sua relevância para a produção de discursos, imaginários sociais a respeito da luta feminista da região, bem como a difusão de pautas, leituras e demandas que influenciaram a própria percepção feminista no contexto latino-americano, além de encaminhar e influir para a construção de suas agendas feministas. Outrossim, observa-se que nessas movimentações, nos fluxos de ideias e agências dessas feministas, elaboram-se demandas e reivindicações que problematizaram os espectros da violência (estrutural e cotidiana) contra as mulheres na América Latina.

Assim, Cruz (1995, p.51, tradução nossa) nos diz: “Sentimos que as pessoas que lutam para derrubar a lendária cultura do machismo na América Latina precisavam de uma revista justa e inspiradora em todas as bancas; aquela que refletiria os reais problemas enfrentados pelas mulheres”.

Ademais, a revista MUJER/FEMPRESS, desde sua fundação, nasce enquanto unidade de comunicação alternativa registrada no Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (ILET), em que se propôs a ser uma revista latino-americana que criasse uma rede comunicativa pelo continente, ao conectar vários grupos de mulheres que lutavam por mudanças em diversas esferas: na pesquisa, no ativismo, na política, na mídia e no cotidiano (Cruz, 1995; Grammatico, 2011).

À vista disso, consequentemente, pudemos observar que tais contribuições políticas e ideológicas dos movimentos feministas na América Latina conceberam algumas articulações e complexificaram o próprio conceito de violência. Dessarte, ao passo que se desenvolve uma definição de violência na América Latina, também se projeta uma definição da própria experiência e da realidade vivenciadas na região.

Relembrando a proposta que romperia fronteiras, Viviana Erazo, uma das fundadoras comenta:

pensamos que era fundamental crear una revista que trascendiera lo local, que pudiera ser una revista latinoamericana, [...] que tuviera otro discurso, el discurso de las mujeres, lo que realmente estaban viviendo, sintiendo y por lo que estaban luchando en ese momento, a comienzos de los años 80 (ERAZO, 2006 apud GRAMMATICO, 2011, p.8-9).

Desde 1981, *MUJER/FEMPRESS*, conectando um movimento heterogêneo de mulheres, contou com colaboradoras (comunicadoras e ativistas) permanentes de diversos países latino-americanos e caribenhos: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. O que evidencia os esforços da revista em manter uma estratégia comunicativa transnacional.

Vale pontuar que, a revista produziu uma série de coletâneas em língua portuguesa brasileira, reunindo artigos publicados em edições anteriores em espanhol. Tal projeto teve início em 1987 e se encerrou em 1989, apesar de tal iniciativa, sabe-se que não é possível dizer que a revista era acessível à grande parcela das mulheres brasileiras nem a parcela de mulheres latino-americanas pobres que pouco tinham acesso a produções impressas. Além de tais entraves, se somavam as crises econômicas vivenciadas pelos endividamentos externos das conjunturas ditatoriais que afetavam drasticamente as economias regionais e, por sua vez, as domésticas.

Ao passo que se fichava e analisava os números do periódico latino-americano feminista, se evidenciou uma recorrência substancial de denúncias e relatos de violência estrutural e cotidiana que se apresentavam tanto entre os artigos como em agendas de eventos, ações e atividades publicadas nas edições do periódico.

Assim, as narrativas fundantes da revista se enlaçam em décadas fulcrais para os movimentos feministas da região, pois observa-se que as mulheres latino-americanas estavam engajadas em processos de redemocratização de seus países, em contextos revolucionários de esquerda e em lutas sociais variadas por justiça social, bem como em torno de movimentos feministas, desenvolvendo, por exemplo, encontros como forma de debater ideias, trocar experiências, e, portanto, de articular-se politicamente e de sensibilizarem mais mulheres para aderirem às lutas sociais, principalmente às feministas. Logo, a partir destes, criam-se agendas para articular tais mobilizações.

Cabe ressaltar que, durante as décadas de 1970 até 1990, países latino-americanos, como também *conosureños*, passavam por contextos ditatoriais em que o *modus operandi* de tais

regimes foi extremamente repressivo e misógino, uma vez que utilizou-se do corpo, da sexualidade e da maternidade como forma de intensificar a tortura contra as mulheres e também para o extermínio cruel de mulheres militantes, utilizando-se da misoginia para o reforço de estereótipos de gênero para desmoralização dessas mulheres (Teles, 2015).

Logo, são notáveis as motivações que levantaram as discussões relativas à violência estarem em evidência nos movimentos feministas latino-americanos e, portanto, também expressos na revista *MUJER/FEMPRESS*, já que elas também dialogaram e mobilizaram a opinião pública à respeito das graves violações aos direitos humanos, e em específico, no que se refere aos direitos humanos das mulheres com os crimes de gênero, exigindo a apuração e responsabilização, inclusive criminalmente, dos torturadores e militares envolvidos.

Dessa forma, podemos compreender que essa fonte é bastante fecunda na reflexão sobre como o tema da violência perpassou os debates feministas da região, justamente porque nesse contexto histórico, analisar, desconstruir e lutar contra a violência era elemento fundamental para as mulheres e também a América Latina como um todo.

TEMATIZAÇÃO DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA EM *MUJER/FEMPRESS*

Nesta seção, pretende-se levantar discussões a respeito de como tais formas de violência se apresentaram na revista, para tal traremos o número 77, de janeiro de 1988.

De modo semelhante aos outros números da *MUJER/FEMPRESS*, com exceção das edições especiais em que só uma temática era posta em evidência, o número de janeiro de 1988 tratava de trazer um panorama do que estava acontecendo durante o início desse ano, bem como colocava em pauta notícias do ano anterior, discutindo sobre questões trabalhistas, culturais – a exemplo da indústria cinematográfica –, políticas, econômicas, encontros, direitos, entre outros assuntos que em maior ou menor grau abordam a temática da violência contra a mulher.

Apresentando a revista, visando descrevê-la inicialmente de modo panorâmico, pode-se perceber uma divisão em algumas seções:

- **Artigos** que são produzidos pelas correspondentes voluntárias do periódico, deste número tem-se Ana Maria Amado (Argentina); Magalí Vega (Bolívia); Maria José

de Lima (Brasil); Coletivo Fempress (Brasil); Dirección Sede (Chile); Socorro Ramírez (Colômbia); Dólares Padilla (Equador); Berta Hiriart (México); Verónica Rosseto (Paraguai); Ana María Portugal (Peru); Margarita Cordero (República Dominicana); Carmen Tornaría (Uruguai) e Helena Salcedo (Venezuela);

- **Notas** que são um espaço destinado para destacar e noticiar sobre a criação de grupos de apoio contra a discriminação cometida contra as mulheres, falar sobre encontros que estavam sendo organizados ou que já tinham sido realizados, anúncio da publicação de cartilhas sobre temáticas relativas à Constituição, de outros boletins feministas, e etc;
- **Recortes Fempress**, como o próprio nome remete, são recortes de notícias publicadas em outros veículos midiáticos que a revista trazia com o intuito de informar ou questionar o modo como tais informações foram abordadas nos outros meios. A seleção dos recortes acontecia por meio da troca mútua com outras revistas, pelo trabalho das correspondentes e de mulheres que enviavam os artigos que apareciam na imprensa nacional;
- **“Comunicándonos”**, presente na 3º e 4º capa, a seção que finaliza o número 77 de janeiro de 1989, dedicada à comunicação e troca de experiências e correspondências entre leitoras, movimentos sociais, grupos feministas. Nessa seção, apareciam comunicados, a exemplo da correção de algum equívoco cometido na revista, comentários de leitoras que usavam a revista em seus programas de rádio, solicitação de envio de informação entre organizações, coletivos e grupos de mulheres que usavam esse espaço para se apresentarem, grupos de mulheres que pediam para receber publicações da Mujer/Fempress, como por exemplo uma organização de mulheres de bairros populares de Recife.

Alguns números, em sua maioria, também contam com a seção **Agenda** de eventos/encontros destinada exclusivamente para divulgação destes, além das **“Nuevas publicaciones”** em que se publicavam resenhas de novas publicações (livros, revistas e pesquisas).

O número 77, de janeiro de 1989, e que trazemos aqui para discussão, apresentava alguns debates sobre violência no período. No primeiro artigo do número, situado nas páginas 1 e 2, intitulado **“No nos corten mas flores, queremos una Colombia en primavera”**, de Socorro Ramírez, com o subtítulo **“Tres mil delegadas sindicales de todo el país se reúnen en el primer**

Congreso de la Mujer Trabajadora”, ao noticiar o primeiro Congreso de la Mujer Trabajadora, organizado pela Central Única dos Trabalhadores – CUT.

A correspondente colombiana considera a iniciativa de se organizar o evento positiva, porém apresenta que houve uma certa censura, uma vez que não teve uma metodologia participativa, tendo sido “montado por cima”, o que gerou uma discussão na plenária de inauguração em que participantes manifestaram se sentir manipuladas, além de reiterar que o meio sindical era “habitualmente machista”, expressado pelo escasso número de reivindicações específicas para as trabalhadoras, por não oferecer capacitação às mulheres, nem requerer políticas estatais contra a discriminação. Socorro Ramirez também discute sobre as práticas de silenciamento com relação ao debate sobre aborto ocorridas no evento, bem como reforça que a presença de organizações feministas foi “tolerada”, mas que em alguns momentos de decisão, os grupos políticos se reuniam separadamente, tornando evidente mais uma prática discriminatória.

Adiante, no mesmo número, nas páginas 3 e 4, o “**¡Coraje Mujeres!**”, artigo da uruguaia Carmen Tornaría, traz à tona, novamente, a temática da violência contra as mulheres, ao noticiar uma oficina sobre violência física: “de diez mujeres dos habían sido violadas. Tres golpeadas por su pareja, dos por sus hermanos varones y tres habían crecido presenciando la violencia del padre hacia la madre (p.3)”. Neste encontro, as mulheres recordaram as violências que as rodeavam tanto na esfera privada quanto pública, também foi exibido um vídeo da série brasileira *Joana*, repórter que abordou tal temática para que se refletisse o fundamento ideológico da violência contra a mulher. O que se percebia no texto era que poucas mulheres teriam reagido em sua própria defesa, agindo passivamente pela naturalização das violências vividas.

Outros artigos também evidenciavam a importância dos encontros de grupos de mulheres em tempos de crise econômica, e como eles impactavam na percepção das violências vivenciadas pelas mulheres, a exemplo do “**Las Mujeres en el año de la crisis**”, da correspondente mexicana Berta Hiriart. Nesses encontros e movimentos de mulheres, as donas de casa entravam em contato com alguma expressão feminista e poderiam ter uma tomada de consciência de sua própria condição, surgindo, assim, a necessidade de reunir-se sem homens para que pudessem repensar suas formas de participação e seus motivos de luta, além de refletir sobre problemas que as afetavam (questões de gênero), mesmo que não se referissem como feministas. Nos encontros elas não falavam da crise de forma geral, mas sim como mulheres. Junto às discussões sobre crise estavam as de discriminação de gênero.



A ilustração anterior, apresentada no início do artigo **“Las Mujeres en el año de la crisis”**, busca retratar como a crise econômica mexicana teria atingido as mulheres com mais rigor, deixando-as ainda mais em situação de vulnerabilidade social, sendo mais suscetíveis a violência doméstica. A corrente evidencia esse aprisionamento das mulheres ao meio doméstico. Nessa discussão, e também na imagem, há uma articulação clara entre as estruturas sociais e o cotidiano como esferas que precisariam ser debatidas pelas feministas da região.

Mais uma vez, a violência contra as mulheres se apresenta às leitoras, desta vez, violências étnico-raciais são abordadas nas páginas 9 e 10, no artigo **“Bolivianas en la política”**, de Magali Vega, correspondente boliviana, que fez um panorama da participação das mulheres nas eleições municipais de 6 de dezembro de 1987, na Bolívia, depois de quase 40 anos sem poderem votar nem se candidatar, mesmo representando mais de 50% da população. O texto também traz a transcrição das entrevistas de algumas candidatas. Uma das candidatas, Ana Uriarte, uma cholita, comenta sobre nunca ter participado da política apesar de seu pai ter sido militante do “Movimiento Nacionalista Revolucionário”, e sobre a discriminação sofrida por camponeses e cholas de não poder ocupar certos espaços, como ir ao cinema.

Neste mesmo número, também divulgou-se o “Primer Foro Colombiano Sobre La Violência Intrafamiliar” - Fórum organizado pela Casa de La Mujer de Bogotá, realizado nos dias

23 e 24 de novembro de 1988, além da criação da AMAD – “Corporación de Ayuda a Mujeres Afectadas por la Discriminación”, formada em final de dezembro por duas chilenas, com o objetivo de enfrentar a violência ditatorial e a repressão do regime militar e apoiar efetivamente mulheres que foram violentadas durante a ditadura, “não fazendo distinção quanto a critérios políticos, religiosos ou filosóficos” (p.11).

A tematização da violência contra a mulher não fica a margem nem na seleção de recortes das impressas regionais latinas. No recorte da publicação nicaraguense EL NUEVO. DIARIO, de 13 de novembro de 1987, cujo título anuncia “**Las mujeres siguen siendo maltratadas**”, essa matéria conta com a contribuição de Ana Lucía Silvia que é licenciada e diretora da “Oficina de Orientación y Protección Familiar”, que comenta sobre os relatos de maus tratos sofridos pelas mulheres que chegam a seu escritório. Ressalta-se no texto que para mudar tal conjuntura seria necessário desenvolver as seguintes esferas: capacitação técnica das mulheres, educação sexual e participação política.

Em outro recorte, *MUJER/FEMPRESS* traz a revista brasileira VEJA, de 21 de outubro de 1987, com a denúncia de Beth Azize aos processos decisivos da Constituinte, “**A Constituinte é machista**”, onde se expõe a falta de participação política no Congresso brasileiro que representava apenas 5%, e que, embora as mulheres ocupassem tais cargos, seu poder de decisão era enfraquecido pelos deputados que as isolavam. Entretanto, denunciava que eram os mesmos se apropriavam da causa feminina para ganho de votos. Tal discriminação não ocorria apenas no campo discursivo, mas também, no espaço físico: na ocupação de gabinetes e na ausência de banheiros femininos na Câmara dos Deputados, por exemplo. Ao expor tais conjunturas, Beth Azize apontava para uma Constituinte machista, gerando dúvidas quanto ao seu perfil democrático, ao comentar sobre a postura de deboche do presidente da constituinte, Ulysses Guimarães, ao desdenhar o pedido da coordenadora de possibilitar mais espaço político para as mulheres nos partidos e no Congresso.

CONCLUSÕES

Ao examinar o número 77, de janeiro de 1989 da revista latino-americana *MUJER/FEMPRESS*, interpretamos que existia uma destacada relevância e pertinência dos debates sobre violência para pensar a ação dos feminismos da região, evidenciando o esforço das

correspondentes e da linha editorial em considerar a temática da violência contra a mulher na esfera estrutural e cotidiana uma questão central, trabalho este que continua nas outras edições.

Dessa forma, podemos observar que tal temática adquira caráter de pauta permanente na construção de encontros, de discussão de leis e medidas punitivas, nas mobilizações e organizações combativas, e, é a partir de tais pautas e da percepção de demandas que se criam agendas com o objetivo de alcançar direitos e mudanças através de reivindicações.

Com base na investigação da revista *MUJER/FEMPRESS*, consegue-se identificar o que Rita Laura Segato nomeia por “*politicidade em chave feminina*”, ou seja:

esse modo de gestão e deliberação, essa tecnologia de sociabilidade, essa outra politicidade tem algumas características tão reconhecíveis como diferentes: (...) não é utópica, mas tópica, pragmática e orientada pelas contingências, não determinista na sua moralidade, mais interessada no processo do que no resultado, e, sobretudo, solucionadora de problemas e preservadora da vida no cotidiano (SEGATO, 2020).

Pelos números da revista, percebemos essa sociabilidade que tensiona problemáticas e leituras com o objetivo de compreender e interpretar a realidade vivenciada pelas feministas latino-americanas. É exatamente nesse sentido que a América Latina é compreendida por essas feministas que escreviam para a revista como um lugar marcado por uma série de violência contra as mulheres e, em alguma medida, por uma profunda naturalização dessas violências, elemento que aparece muitas vezes como definidor da região. Dessa forma, mais do que repensar sobre suas condições como mulheres, essas feministas diagnosticavam elementos comuns sobre essa região, seus passados e futuros possíveis.

REFERÊNCIAS:

Fontes históricas:

AMAD. *Mujer/Fempres*, Santiago, jan.1988, N° 77, p. 11.

AZIZE, Beth. A Constituinte é machista. VEJA, São Paulo, out.1987. In: *Mujer/Fempres*, Santiago, jan.1988, N° 77, p. 23.

Dolores: Cartilla sobre Derecho Penal. **Mujer/Fempres**, Santiago, jan.1988, N° 77, p. 11.

HIRIART, Berta. Las Mujeres en el año de la crisis: A medida que se agudiza la crisis, más grupos de mujeres se organizan en torno a distintas demandas de supervivencia. **Mujer/Fempres**, Santiago, jan.1988, N° 77, p. 7.

Las mujeres siguen siendo maltratadas. EL NUEVO DIARIO, Managua, nov.1987. In: **Mujer/Fempres**, Santiago, jan.1988, N° 77, p. 17.

Primer Foro Colombiano Sobre La Violencia Intrafamiliar .**Mujer/Fempres**, Chile, jan.1988, N° 77, p. 11.

RAMÍREZ, Socorro. No nos corten mas flores, queremos una Colombia en primavera: Tres mil delegadas sindicales de todo el país se reúnen en el primer Congreso de la Mujer Trabajadora. **Mujer/Fempres**, Santiago, jan.1988, N° 77, p. 1-2.

TORNARÍA, Carmen. ¡Coraje Mujeres!. **Mujer/Fempres**, Santiago, jan.1988, N° 77, p. 3-4.

VEGA, Magali. Bolivianas en la política. **Mujer/Fempres**, Santiago, jan.1988, N° 77, p. 9-10.

Bibliográficas:

CRUZ, Adriana Santa. (1991) "FEMPRESS: otra información para America Latina," **Anuario de hojas de warmi** : per al feminisme, la cooperació i la solidaritat, (1), pp. Anuario de hojas de warmi: per al feminisme, la cooperació i la solidaritat, 1991 (1). Disponible: <https://raco.cat/index.php/HojasWarmi/issue/view/13689>.

CRUZ, Adriana Santa. (1995) Fempres: A communication strategy for women, **Gender & Development**, v.3, ed.1, p. 51-55, DOI: 10.1080/741921767.

GRAMMATICO, Karin. Feminismos en clave latinoamericana: un recorrido sobre Fem, Isis y Fempres. **Mora (B. Aires)**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 17, n. 2, set. 2011.

SEGATO, Rita Laura. Habitar a incerteza: sobre a transformação social em tempos de contágio. [Entrevista concedida a] Amador Fernández-Savater. **Revista Punkto**, Madrid, ed.29 – outono 2020, dez. 2020. Disponível em: <<https://www.revistapunkto.com/2020/12/habitar-incerteza-sobre-transformacao.html>>. acesso em: 22 set. 2023.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, 2015.